

*Brasília e Águas Lindas de Goiás:
consenso e dissenso na produção de
corpos*

*Brasília and Águas Lindas de Goiás: consensus and
dissent in the production of bodies*

*Brasilia y Aguas Lindas de Goiás: consenso y dissenso en
la producción de cuerpos*

Marcelo de Mello
Universidade Estadual de Goiás/UnU Goiás
mellogeo28@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo aborda o processo de fragmentação do território do Distrito Federal e de seu entorno. Para tanto, destaca o papel de Brasília na constituição dos discursos e das práticas que promoveram a integração do território nacional, bem como apresenta o par antitético da capital-integradora, materializado sob a forma de uma cidade-desintegrada – Águas Lindas de Goiás – no entorno goiano da capital federal. Isto porque o estudo do processo de produção do espaço urbano de Brasília evidenciou que a fragmentação territorial produzida nos municípios de seu entorno não ocorreu à margem das iniciativas oficiais, fazendo parte de um processo de transferências dos problemas manifestados no território brasiliense para municípios goianos. Neste contexto, Águas Lindas de Goiás emerge como território da materialização das contradições sistematicamente negadas pelos agentes representantes do Estado. Brasília foi erguida para corporificar uma república simetricamente sustentada pelo solo da pátria, enquanto Águas Lindas de Goiás surge como um corpo dissimétrico negador da equidade discursivamente projetada a partir de Brasília.

Palavras-Chave: Cidade; Corpo; Integração; Razão.

Abstract

This article deals with the process of fragmentation of the territory of the Federal District and its surroundings. To that end, it focus on Brasília's role in the constitution of the discourses and practices that promoted the integration of the

national territory, while presenting the antithesis of the integrating capital, materialized in the form of a disintegrated city—Águas Lindas de Goiás—in the surroundings of the federal capital. The study of the process of production of Brasília's urban space reveals that the territorial fragmentation produced in the municipalities in its surroundings did not occur at the margins of official initiatives, being instead part of a process of transferring of problems of the capital to municipalities in Goiás. Within this context, Águas Lindas de Goiás emerges as the territory of the materialization of contradictions systematically denied by agents representing the State. Brasília was created to embody a symmetrically-sustained republic supported by the nation's soil, whereas Águas Lindas de Goiás arises as an asymmetric body which negates the equality discursively projected from Brasília.

Keywords: City; Body; Integration; Reason.

Resumen

El presente artículo analiza el proceso de fragmentación del territorio del Distrito Federal y de su alrededor. Para ello, se destaca el papel de Brasília en la constitución de los discursos y de las prácticas que han promovido la integración del territorio nacional, así como señala el par antitético de la capital-integradora, materializado bajo la forma de una ciudad-desintegrada –Águas Lindas de Goiás – en el alrededor goiano de la capital federal. Esto porque el estudio del proceso de producción del espacio urbano de Brasília ha evidenciado que la fragmentación territorial producida en los municipios de su alrededor no ocurrió en los márgenes de las iniciativas oficiales, como parte de un proceso de transferencia de los problemas manifestados en el territorio brasileño a los municipios goianos. En este contexto, Águas Lindas de Goiás aparece como territorio de materialización de las contradicciones sistemáticamente negadas por los agentes representantes del Estado. Brasília fue erigida para encarnar una república simétricamente apoyada por el suelo de la patria, mientras que Águas Lindas de Goiás surge como un cuerpo disimétrico que niega la equidad discursivamente proyectada desde Brasília.

Palabras clave: Ciudad. Cuerpo. Integración. Discurso. Razón.

Introdução

Os monumentos construídos em Brasília para abrigar os representantes dos três poderes do Estado tiveram suas formas inspiradas no corpo feminino: nesse que é, notoriamente, a grande fonte de inspiração do arquiteto Oscar Niemayer. Esses corpos femininos foram erguidos por outros tantos corpos de operário-migrantes. Corpos mutilados, maltratados, embrutecidos, exauridos, caídos e, em certos episódios, exterminados coletivamente¹, fizeram brotar no solo do Cerrado edificações corporificadas belas e sensuais.

¹ O Arquivo Público de Brasília disponibiliza uma série de entrevistas que tratam da construção de Brasília. Entre elas temos a do Sr. Eronildes G. de Queiroz. Ele relata assassinatos individuais e coletivos cometidos por agentes do Estado. As vítimas eram operário-migrantes e os motivos os mais banais possíveis.

As formas planejadas para Brasília foram definidas a partir de critérios fundados em uma razão instrumental (HOKHEIMER, ADORNO, 1985) e o suor extraído dos corpos dos candangos o adubo que – seja submerso, seja emerso no solo – alimentou tanto o corpo puro e perfeito idealizado para Brasília, como os “vírus” trazidos pelos corpos-migrantes, que desde o primeiro momento contaminaram a execução do projeto original.

Nesta perspectiva, a história da construção da nova capital da república é uma história de conflitos, pois os elementos selecionados em um projeto eugênico não foram os únicos a se desenvolver e “mutações” passaram a ser identificadas em diversos pontos do Distrito Federal.

Foucault (2006) investiga a relação entre o poder e o corpo, revelando que no regime monárquico *“o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia”*. Na sequência de sua argumentação, o filósofo francês advoga que na república não existe um corpo que personifique esta realidade política. O corpo do monarca foi substituído pelo *“corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio”*. Nessa perspectiva:

É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contágios, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplicio é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados”... (FOUCAULT, 2006, p.145).

O *“grande fantasma”* que passou a cercar as instituições representadoras da república *“é a ideia de um corpo social constituído pela universalidade de vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos”* (Ibidem, p. 146).

No caso de Brasília – a cidade-capital construída como ambiente propício para a gestação de um novo corpo social classificado como republicano –, as terapias empregadas e as receitas aviadas para a manutenção da saúde do corpo social não surtiram o efeito desejado, levando-o a um estado de contaminação severa.

Esta contaminação causou uma infecção generalizada e alterou a natureza das células deste organismo. Somente um organismo adoecido apresenta um processo de multiplicação de células tão veloz, capaz de comprometer o corpo idealizado para representar a república.

Brasília: entre restrições e expansões

O poder exercido por sobre os corpos dos operários que ergueram Brasília não foi capaz de constituir um corpo social livre de enfermidades. Isto porque milhares de migrantes convocados a dar vida a um projeto nacional – fundado numa ideia de bem comum a partir de ações coordenadas pelo Estado republicano – iniciaram projetos individuais contrários ao discurso integrador que os conduziram ao Planalto Central brasileiro.

Rapidamente, o projeto – Brasília – passou a se restringir ao Plano Piloto: se a materialidade do poder exercido tem a atribuição de manter a saúde do corpo social, a resistência à ação do poder republicano age de maneira diametralmente oposta, se assemelhando a uma infecção descontrolada que desconfigura os sistemas que dão vida ao organismo oficialmente constituído. Neste contexto, os focos de resistência multiplicados pelo território de Brasília fizeram com que o projeto inicial fosse cortado na própria carne.

Como é de se esperar, este corte deixou cicatrizes. Em Brasília, uma delas é percebida através da dificuldade do brasiliense compreender a unidade estabelecida pela Legislação que veta divisões municipais no interior território da capital federal.

Para entender melhor esse território, criado por força de Lei, podemos recorrer à Constituição Federal, promulgada em 1988, e a Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 1993. Vemos, então, que o artigo 32 da Constituição Federal trata das divisões internas no Distrito Federal.

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Já os artigos 08, 10 e 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal, revelam a inexistência de uma hierarquia entre as Regiões Administrativas criadas pela Câmara Distrital.

Art. 08. O território do Distrito Federal compreende o espaço físico e geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição.

Art. 10. O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, a utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida.

Art. 13. A criação e a extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

Os artigos citados não distinguem os territórios do Distrito Federal e de Brasília, nem indicam a possibilidade de qualquer divisão municipal interna. Estas normas integram os argumentos de movimentos sociais que reivindicam uma revisão no nome de uma das Regiões Administrativas geridas pelo Governo do Distrito Federal. Trata-se da RA “I”: a Região Administrativa de Brasília. Tomando como parâmetro as leis em vigor, o nome mais correto para esta Região Administrativa seria Região Administrativa do Plano Piloto², por deixar claro que Brasília é todo o conjunto que integra o Distrito Federal e que o Plano Piloto se refere à Região Administrativa situada no “centro” desta unidade federativa.

Contudo, apesar das Leis acima citadas, foi estabelecida historicamente uma “fronteira-cicatriz” que distingue o Plano Piloto – visto equivocadamente como Brasília – do Distrito Federal. Mesmo os moradores mais antigos da capital federal não reconhecem a unidade legalmente instituída. Neste contexto, a “fronteira-cicatriz” se semelha a uma barreira sanitária erguida como meio de proteção ao corpo social drasticamente reduzido.

É importante ressaltar a existência de um processo de reafirmação desta “fronteira-cicatriz”. Processo, este, reproduzido de diversas formas. Como exemplo, podemos citar matérias jornalísticas³ e placas de sinalização de trânsito, que, de forma errônea, tratam Brasília como se esta se restringisse ao Plano Piloto.

Entendemos que esta divergência apresenta um caráter político: proteger o “sonho” materializado a partir das ações de Juscelino Kubitschek. Certamente, as imprecisões divulgadas pelos veículos de comunicação e pelas sinalizações urbanas acabam por reforçar a distância entre a “cidade ideal” e a “cidade real”, erguidas simultaneamente a partir das ações que deram vida à Brasília.

A despeito das contradições materializadas no Distrito Federal, a imagem da “cidade ideal”, produto da racionalidade instrumentalizada pela ação do Estado, foi consolidada. Certamente, esta consolidação foi sustentada pelos traçados urbanos e pelos monumentos materializados no Plano Piloto. A composição arquitetônica e urbanística deste espaço apresenta um eloquente

² Até o ano de 1990 o nome desta RA era: Região Administrativa do Plano Piloto. Existem comentários, não oficiais, que atribuem a mudança do nome ao título concedido pela Unesco à Brasília.

³ Como a matéria exibida no Jornal Bom dia Brasil, da Rede Globo, dedicada as comemorações dos 50 anos de Taguatinga – dia 05/06/2008 –. Taguatinga foi apresentada como uma etapa programada na construção da capital federal. O que não corresponde a realidade planejada.

efeito discursivo, reproduzindo, na atualidade, as promessas verbalizadas por Juscelino Kubitschek nas décadas de 1950 e 1960.

Na realidade, os corpos do ex-presidente e de Brasília se sobrepõem, proporcionando esta unidade discursiva. E reforçando esta existência sobreposta, temos a representação do corpo de Juscelino Kubitschek, esculpida em pedra, sendo sustentada pelo corpo da nova capital federal. Esta cena urbana é mais uma materialização da arte de Oscar Niemayer erguida no Eixo Monumental, na entrada do Memorial JK (Figura 01).



Figura 1: Foto do corpo esculpido de Juscelino Kubitschek em frente ao Memorial JK, localizado no eixo monumental.

Fonte:<http://www.binokulu.com/2011/11/12/sugestao-de-filme-a-vida-e-um-sopro-oscar-niemeyer/olympus-digital-camera>

Imagens como esta, semanticamente corporificadas e territorializadas, contribuem para que brasilienses, migrantes e turistas tenham dificuldades em perceber que as distintas realidades encontradas no Distrito Federal foram produzidas por um único processo marcado pela contradição.

A ideia compartilhada por estas pessoas coloca somente o Plano Piloto na condição de elemento produzido por meio da ação direta do Estado. E mais, elas entendem que o planejamento foi cumprido à risca, de maneira plenamente ordenada. Toda a desordem circunvizinha ao Plano Piloto é relacionada a movimentos alheios às ações implementadas para a interiorização

da capital federal, sendo, portanto, produto de iniciativas não planejadas realizadas por migrantes em busca de melhores condições de vida.

Para o cidadão residente no Plano Piloto⁴ foi a reprodução continuada dessas iniciativas, não planejadas e desvinculadas das ações oficiais, que produziram uma realidade contrária aos ideais expressos pelo projeto balizador da nova capital da república. É como se o tempo e o espaço territorializados fossem produtos de dois movimentos distintos e completamente apartados: um caracterizado pelo ordenamento pleno e outro marcado por uma desordem indolente.

Nesta equivocada perspectiva, a realidade não apresenta contradições: é como se os operários que ergueram o Congresso Nacional, a Catedral, os Ministérios e o Palácio do Planalto estivessem distantes do contexto e do movimento deflagrador da produção da cidade-satélite de Taguatinga, em 1958, dois anos antes da inauguração de capital federal⁵. Esta cidade-satélite foi criada com a autorização de Juscelino Kubitschek, com o intuito de aliviar as expressivas tensões manifestadas pelos operário-migrantes, sequeiros por uma parcela do solo urbano da nova cidade-capital da república.

Devemos destacar que as iniciativas planejadas para conter a chegada de uma mão-de-obra excedente à Brasília – atraída pelo discurso integrador e pelo deslocamento de capital para o interior do país – não cumpriram seu papel no decorrer da construção da nova capital. Após a inauguração de Brasília, mais precisamente no interior do II Plano Nacional de Desenvolvimento, foi elaborado, tardiamente⁶, um Programa para impedir a continuidade do movimento migratório centrado na atração promovida pela nova capital da república. Novamente, as ações planejadas não obtiveram êxito. A falência destas medidas repercutiu no território de outras Unidades Federativas.

Nesse contexto, o Estado de Goiás viu surgir a Região do Entorno de Brasília. Região representada por alarmantes índices de crescimento populacional, analfabetismo e violência. É importante frisar, ainda, que os municípios goianos circunvizinhos ao Distrito Federal passaram por um processo de fragmentação de seus territórios, com o objetivo de salvaguardar o corpo social republicano, continuamente ameaçado por um crescimento desordenado.

⁴ Em um questionário aplicado em 10 Super-Quadrados do Plano Piloto, no mês de março de 2009, 87 dos 100 entrevistados afirmaram que o planejamento da nova capital federal foi seguido “a risca”, e que a desordem manifestada em Brasília, percebida como Plano Piloto, é produto de ações individuais.

⁵ Segundo o projeto oficial, outros núcleos urbanos só seriam criados na década de 1980; ou seja, vinte anos após a inauguração de Brasília. E Taguatinga surge dois anos antes desta inauguração.

⁶ O II PND foi elaborado em 1974.

Por meio de distintos mecanismos⁷, o migrante passou a ser fixado na Região do Entorno de Brasília e a compor um território com uma das maiores taxas de crescimento populacional do país. Nesse complexo cenário um fato pode ser destacado: a cidade integradora do território nacional acabou promovendo uma fragmentação regional, solapadora de relações historicamente produzidas entre os municípios goianos que antecederam a formação do território do Distrito Federal (MELLO, 1999).

Esta fragmentação é facilmente percebida por quem transita nesta Região caracterizada por um expressivo estado de desordem. Cabe ressaltar, que esta desordem não foi produto de um movimento espontâneo. Pelo contrário, ela foi orquestrada por uma estrutura político-administrativa sediada no ordenado território do Plano Piloto, em consonância com interesses dos agentes da especulação imobiliária presentes no Distrito Federal e em seu Entorno. Portanto, estas realidades urbanas não podem ser percebidas de outra forma, senão pela via da unidade existente no processo de produção de um território repleto de contradições.

Duas cidades e uma contradição integrada

Na atualidade, como produto destas contradições, temos a formação de duas realidades urbanas reveladoras de uma distinção conjugada territorialmente. Elas demonstram os limites de um projeto negador da contradição evidenciada no processo de reprodução do espaço. A primeira é expressa pelo Plano Piloto e representa a concepção idealizada de Brasília, da “cidade ideal”. A segunda é evidenciada por uma cidade goiana situada na Região do Entorno de Brasília: trata-se de Águas Lindas de Goiás, da “cidade real”, que, em tese, não deveria existir, mas existe. Esta cidade goiana é um exemplo da desordem urbana combatida pelo discurso produtor do Plano Piloto.

Águas Lindas de Goiás tem como grande expressão de sua existência material a ausência de uma forma urbana que possa dar a ideia de um “núcleo original”. Os traços delineadores desse espaço urbano apresentam três “retas” principais, caracterizadas por uma desarticulação: uma, corresponde à parte do perímetro urbano da BR-070; outra, formada pela Avenida Rio Grande do Sul, onde estão localizados o Fórum e a Câmara Municipal; e, por fim, a Avenida Jardim Brasília, que concentra os bancos e os principais pontos comerciais (Figura 02).

⁷ Como exemplo, podemos citar os programas habitacionais elaborados para retirar os migrantes do Distrito Federal e instalá-los nos municípios limítrofes a capital federal.

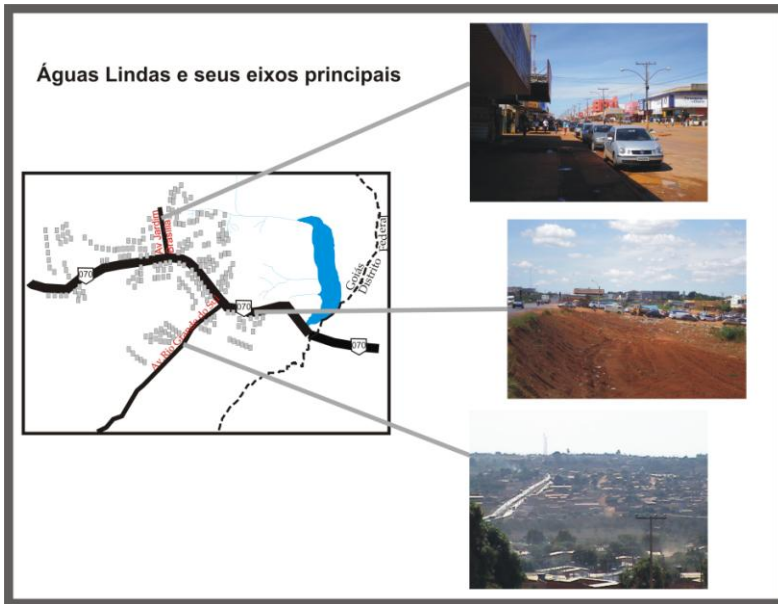


Figura 02: Águas Lindas de Goiás e seus eixos principais.
Autor: SILVA, Adriana Aparecida – 2009.

O território de Águas Lindas de Goiás surgiu a partir de um desmembramento do território de Santo Antonio do Descoberto, em 1995. Por sua vez, o território de Santo Antônio do Descoberto se originou de um desmembramento do município de Luziânia, em 1982. Assim, Águas Lindas de Goiás pode ser considerada produto da fragmentação⁸ da fragmentação⁹, que a tornou síntese de um processo eivado de contradições¹⁰.

No início da década de 1990, o “povoado” que deu origem a Águas Lindas de Goiás – antigo Parque da Barragem – contava com uma população de três mil habitantes. Na contagem de 2007, realizada pelo IBGE, foi verificado um contingente populacional de 132.203 habitantes. O último censo realizado pelo IBGE, em 2010, registrou uma população de 159.378 habitantes.

⁸ Produzida na década de 1980.

⁹ Produzida na década de 1990.

¹⁰ Uma matéria do Correio Brasiliense – do dia 15/04/2009 – definiu assim Águas Lindas de Goiás: “O melhor, ou pior, exemplo de desordem urbana no Entorno vem de Águas Lindas de Goiás, município goiano distante 39 km de Brasília, emancipado de Santo Antônio do Descoberto”.

As edificações erguidas num curtíssimo espaço de tempo, em Águas Lindas de Goiás, não expressam a sensualidade do corpo feminino; nem os traçados de suas ruas revelam uma racionalidade geométrica, por meio de curvas e retas que se encontram e se distanciam harmonicamente. Ao contrário do que ocorreu no Plano Piloto, tanto as obras erguidas como as ruas abertas no município, apresentam uma semelhança com os corpos desfigurados dos operários que aportaram no Distrito Federal a partir da segunda metade da década de 1950.

Mas, contrariando a impressão oferecida aos que olham para estas realidades divergentes, o Plano Piloto e Águas Lindas de Goiás não apresentam histórias dissociadas. Esses espaços, esteticamente distintos, foram e são produtos de um mesmo processo, em que densas relações manifestam, territorialmente, as contradições não destacadas pelos discursos dos agentes de Estado responsáveis pela interiorização da capital federal.

Devemos considerar que estes discursos alteraram os caminhos percorridos pelos migrantes incumbidos de dar passagem ao curso de um progresso universal, que envolveria todo o corpo social, todos os corpos individuais disciplinados por um projeto fundado em bases racionais.

Contudo, se a seletividade característica do modo de produção articulador das estratégias progressistas não foi evidenciada pelos discursos oficiais, ela foi sentida intensamente pelos que foram atropelados pela marcha rumo à modernização da economia em escala nacional.

É importante salientar que esta seletividade não foi e não é produtora de uma realidade linear. Pelo contrário, ela produz uma infinidade de elementos com datações e localizações distintas e conflitantes, mas que se entrecruzam. Nesta perspectiva, contrariando as intenções hegemônicas, os corpos que a princípio seriam excluídos se organizaram para conquistar espaços e tempos próprios (PAVIANI, 1987), resistindo à ordem imposta pelos construtores da nova capital.

Águas Lindas de Goiás pode ser entendida como produto do aumento da intensidade das contradições que, em cinco décadas, transformaram Brasília e seu entorno em um território de conflitos extremos, no qual a violência se faz presente na vida das pessoas. Neste território, “todos” os dias e em “todos” os lugares, corpos assassinados são encontrados, bem como milhares de outros corpos lutam para permanecerem vivos se comprimindo em ônibus lotados, em busca de serviços públicos e trabalhos ofertados por um sistema sediado no Plano Piloto.

No próximo tópico apresentaremos algumas considerações produzidas a partir de um questionário aplicado em 300 (trezentos) domicílios

de Águas Lindas de Goiás. O questionário foi aplicado nos meses de março e abril de 2009, em domicílios situados ao longo dos três eixos urbanos de Águas Lindas de Goiás apresentados no início deste tópico (Figura 02). Em cada um dos três eixos foram aplicados 100 (cem) questionários. Os dados analisados revelam particularidades da personalidade peculiar desse município goiano.

Águas Lindas de Goiás e a negação de um município

Investigar Águas Lindas de Goiás é estabelecer um contato com pessoas que estão onde não queriam estar. É conhecer homens que desejam outro lugar e rejeitam o lugar em que estão. A fala de um morador da cidade é emblemática: *“O mais duro de morá aqui é dizer que mora aqui, é lembra qui mora aqui mesmo quando ta longe daqui”*.

A rejeição a “lugares” não é um fato raro. O que torna esse município goiano peculiar é a forma como a rejeição a “toda” cidade foi reproduzida: trata-se de uma cidade em que as relações internas nunca foram prioritárias. Os ônibus não ligam os bairros espalhados ao longo dos três eixos¹¹ estruturadores desse espaço urbano. Suas rotas foram definidas para conduzir os moradores de Águas Lindas de Goiás ao Distrito Federal. Os moradores não dialogam com a cidade, eles “discutem” com ela, atribuindo-lhe a culpa pelas carências presentes em suas vidas.

O visitante que passa pelos três eixos de Águas Lindas de Goiás fica impressionado com o volume de pessoas e relações neles manifestados. Mas quem permanece por mais tempo e penetra na cidade existente por detrás dos eixos fica perplexo com as relações travadas nas ruas delineadoras de seu tortuoso território. Principalmente quando percebe que o grau de abandono revelado pela paisagem urbana não está associado somente a limitações de ordem econômica. Isto fica claro no diálogo com os moradores. A maioria da população não cuida de suas ruas e de suas casas por não desejarem permanecer neste lugar. Vamos, a partir de agora, apresentar graficamente o resultado de um questionário aplicado nesse município goiano e tecer algumas considerações:

- Primeiramente, vamos qualificar os entrevistados no que diz respeito à idade e ao sexo:

¹¹ O perímetro urbano da BR-070, a Av. Jardim Brasília e a Av. Rio Grande do Sul.

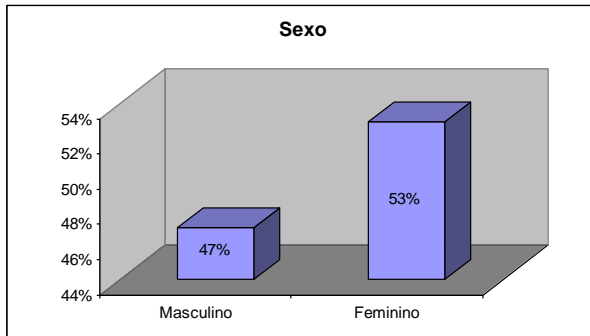


Figura 3: Indicação do sexo dos entrevistados.

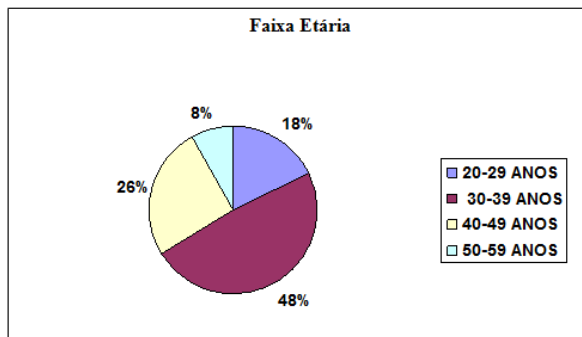


Figura 4: Faixa etária dos entrevistados.

Iniciaremos nossas considerações destacando um fator fundamental para entender Águas Lindas de Goiás. Os moradores dessa cidade podem ser divididos em três grupos: os que trabalham no Distrito Federal, os que trabalham em Águas Lindas de Goiás e os tecem relações marginais nessa cidade goiana. A população faz referência aos vizinhos da seguinte forma: o João, que trabalha em Brasília; ou, o João, que trabalha no Jardim Brasília¹²; ou, o João, que faz “bico” aqui.

Os que trabalham no Distrito Federal e no comércio local desenvolvem, em sua maioria, atividades comuns ao setor terciário. Mas como caracterizar o cotidiano dos que passam o dia em Águas Lindas de Goiás fazendo “bico”? Como as atividades desenvolvidas para a reprodução de suas existências afetam a cidade?

¹² O mais representativo dos bairros cortados pelo eixo Jardim Brasília, que manifesta a maior expressão comercial.

Esses moradores se tornaram compositores de um cenário denso, no qual a grande meta é sobreviver. Para tanto, eles se converteram em “negociantes”. Os “negociantes” de Águas Lindas de Goiás comercializam de tudo: roupas usadas, entulhos, mão-de-obra; além de fazerem brotar uma infinidade de “portas” comerciais nas casas e nas calçadas. A vida é intensa em Águas Lindas de Goiás. Nessa cidade tão desintegrada quanto o Brasil que antecedeu JK.

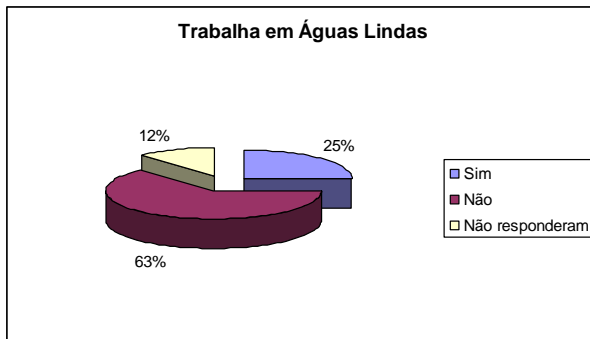


Figura 5: Local de trabalho dos entrevistados.

É importante destacar que os representantes dos três grupos citados acima frequentam sistematicamente o Distrito Federal: para comparecer a seus “postos” de trabalho, fazer compras diversas, procurar serviços de saúde e educação etc.

Ao tratar, especificamente, dos que trabalham no Distrito Federal, vamos nos defrontar com um cenário marcado pela informalidade geradora de fluxos que não obedecem aos tradicionais dias úteis. Assim, muitos se deslocam para o território federal quatro, cinco e sete vezes por semana; quando as relações comerciais formais solicitam a presença do funcionário seis vezes na semana – de segunda a sábado.

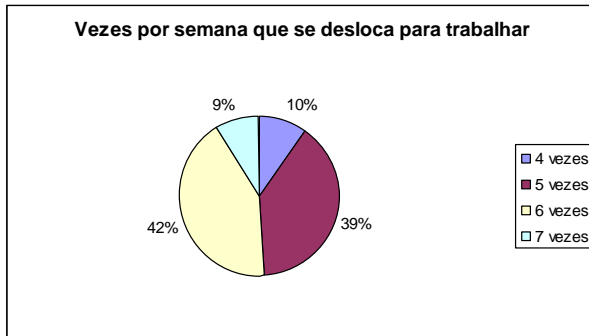


Figura 6: Números de idas semanais dos entrevistados para o Distrito Federal.

Concentrando nossas atenções nas atividades profissionais exercidas pelos moradores de Águas Lindas de Goiás, vamos nos deparar com um quadro diversificado, no qual a somatória dos entrevistados que se declaram sem ocupação ou autônomos aparece de forma expressiva: 61%.

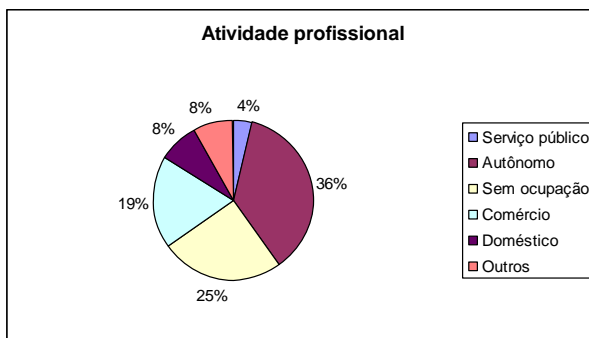


Figura 7: Atividades profissionais desenvolvidas pelos entrevistados.

Partindo do princípio que os autônomos, em sua maioria, são comerciantes informais e que os sem ocupação são os que sobrevivem a partir dos “bicos”, poderemos entender a distância existente entre os moradores de Águas Lindas de Goiás e o sistema previdenciário. A maior parte da população não está resguardada por nenhum “instituto”. A previdência que garante

segurança a essas pessoas assume a forma da “providência” e tem um caráter divino: A Providência Divina (na perspectiva dos moradores).

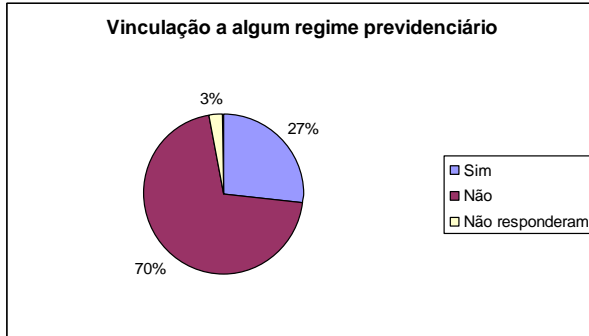


Figura 8: Vinculação proporcional dos entrevistados com sistemas de previdência social.

A não vinculação a um regime previdenciário pode ser entendida quando verificamos a renda dos moradores de Águas Lindas de Goiás. Como a maioria desenvolve atividades autônomas seria necessário um rendimento mensal que possibilitasse uma reserva a ser encaminhada ao INSS, por exemplo. Mas a renda da população é baixa, o que impede o estabelecimento de um “contrato” com esse ou outro “instituto”.

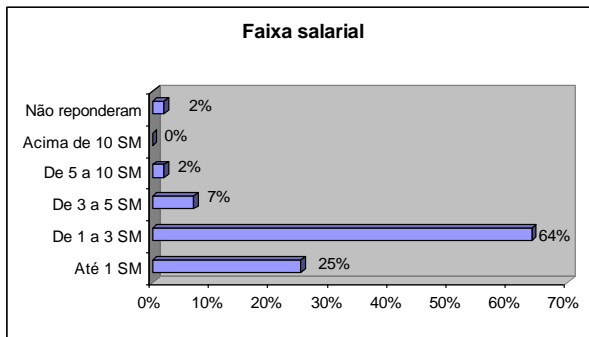


Figura 9: Faixa salarial dos entrevistados.

Um fato curioso diz respeito à utilização de carroças em Águas Lindas Goiás. Isso porque se trata de um município em que a população rural é

praticamente inexistente, mas que tem neste veículo um importante meio de transporte. A deficiência do transporte público na ligação entre os bairros da cidade, as limitações econômicas e o vínculo com atividades rurais em seus Estados de origem¹³ levam as pessoas a utilizarem a tração animal como transporte urbano. Com relação aos carros, poucos entrevistados declararam possuir um automóvel. A não utilização de motocicletas também chama a atenção.

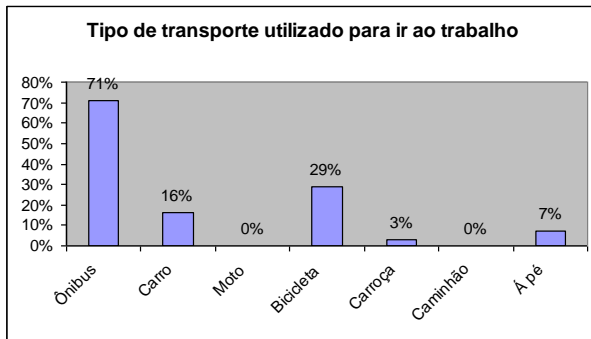


Figura 10: Meios de transporte utilizados pelos entrevistados.

Um dos grandes problemas apontados pelos moradores da cidade diz respeito à questão do transporte público. Mesmo assim, quando perguntamos sobre o local no qual realizam suas atividades de Laser, a maior parte da população demonstra preferir ir ao encontro de diversão e de distração no Distrito Federal. Segundo os entrevistados, a violência e a falta de opções de Laser, em Águas Lindas de Goiás, motivam a procura por Laser no Distrito Federal.

¹³ Grande parte da população deste município é formada por migrantes de municípios da região Norte e Nordeste. Migrantes historicamente vinculados a atividades rurais.

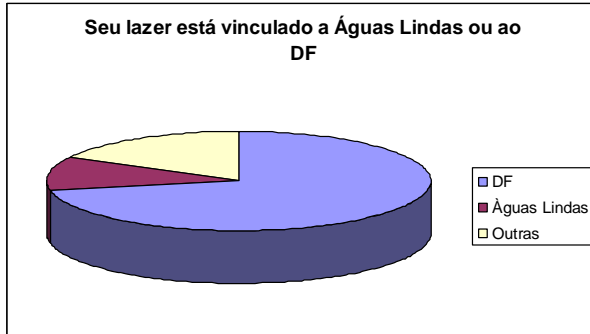


Figura 11: Local em que os entrevistados desenvolvem suas atividades de lazer.

A resposta dada pela população, no decorrer da aplicação dos questionários, que melhor reflete o sentimento de uma parcela significativa dos moradores de Águas Lindas de Goiás foi formada por 03 (três) palavras: “*quero ir embora*”. Essa afirmação esteve presente no diálogo dos entrevistados com os entrevistadores quando a seguinte indagação era feita: Pretende sair de Águas Lindas?

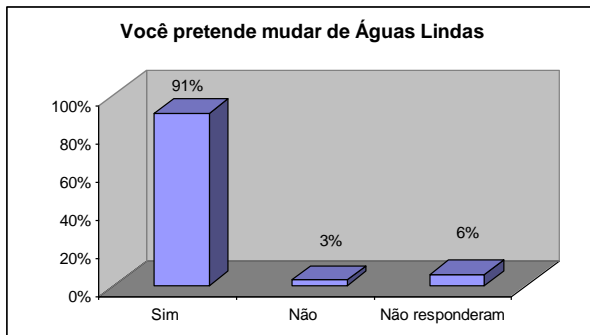


Figura 12: Indicação do desejo de permanecer ou não em Águas Lindas de Goiás.

Não podemos deixar de afirmar que os atributos inerentes a Águas Lindas de Goiás estão além de qualquer representação gráfica ou textual. É assim com todos os municípios. Mas neste, em particular, as contradições

penetraram mais fundo, tornando o entendimento de seus processos instauradores mais complexo.

Considerações Finais

A construção de Brasília redefiniu os fluxos migratórios em escala nacional. Para investigar a relação desta redefinição com o processo de expansão urbana, na capital federal e em seu entorno, evidenciamos os discursos elaborados para viabilizar a materialização da nova capital da república.

Por meio de sistemas promotores de fluxos direcionados, os representantes do Estado produziram uma integração sustentada por obras simetricamente delineadas. Esta foi uma das funções da nova capital: alterar os sistemas de circulação de mercadorias e capital, através da reestruturação da rede de transporte, da rede de comunicação, da rede urbana etc.

Certamente, as mudanças nestes sistemas alteraram os caminhos percorridos pelos migrantes. De fato, a capital interiorana cumpriu seu papel de elemento integrador do território nacional. Ela estabeleceu novos nexos e permitiu novas articulações produtivas.

Novas frentes foram abertas com vistas à incorporação de territórios que, até aquele momento, atendiam a demandas localizadas no interior de regiões marcadas por uma maior autonomia. Integrar o território nacional significou romper com os nexos produtivos regionais e condicionar o trabalho territorializado regionalmente às necessidades dos agentes econômicos da região sudeste, principalmente, aos comandos de São Paulo.

Brasília foi o elemento central destas alterações sistêmicas. Ela tornou-se um espaço de esperança para os expulsos de regiões economicamente estagnadas. Nesta perspectiva, a capital federal interiorana adquiriu uma força expressiva para atrair os corpos-migrantes inseridos neste contexto.

A região do entorno de Brasília comprova a posição da nova capital como pólo de atração de migrantes. Nela, migrantes são amontoados – em municípios do território goiano¹⁴ – à semelhança de refugiados de guerra que procuram permanecer próximos de fronteiras que trazem a expectativa de uma vida melhor. Expectativa limitada por “barreiras de contenção”. Contudo, no

¹⁴ A região do entorno de Brasília também é formada por municípios mineiros. Contudo, são as cidades goianas as que recebem os migrantes, situando-se entre as com maior crescimento demográfico no país.

caso em questão, a linha divisória e as medidas de controle não podem apresentar bloqueios físicos intransponíveis, já que todos têm a mesma nacionalidade e vivem sob a proteção do “mesmo” Estado.

Torna-se necessária, então, a composição de mecanismos simbólicos que disciplinem o acesso dos refugiados ao território da capital federal. Mecanismos que demonstrem a existência de uma estrutura capaz de punir os delinquentes e selecionar os que têm condições de servir ordeiramente aos propósitos disciplinadores da ordem instituída. O migrante deve perceber esta característica judicativa do Estado republicano, que – teoricamente – tem como uma de suas principais tarefas oferecer segurança aos cidadãos que aspiram por condições de potencializar suas virtudes, de maneira a “beneficiar” a sociedade e a ele mesmo.

Corpos simétricos e tortuosos compõem a realidade impressa neste território. Simetria e tortuosidade constroem suas identidades na base do reconhecimento de suas existências esteticamente distintas. Mas, se a instância das formas externalizadas permite esta afirmação, quais afirmações seriam possíveis se considerássemos a essência, o conteúdo modelizador das formas aprioristicamente percebidas? Certamente, colocamo-nos diante de infinitas possibilidades. Entre elas estão as que viabilizam compreensões pautadas na integração da unidade com a diversidade presente em um mundo repleto de contradições negadas.

Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974)**. Brasília: Senado, 1971.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979)**. Brasília: Senado, 1974.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Brasília: CLDF, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis-RJ: Vozes 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2003.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília?** Brasília: Senado Federal, 2000.

LACOSTE, Yves. **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus. 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MELLO, Marcelo. **Luziânia e a fragmentação territorial do Entorno de Brasília**. Goiânia, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: UnB/Codeplan, 1987.

_____ **A conquista da cidade**. Brasília: UnB, 1998.

QUEIROZ, Eronildes Guerra de . **Depoimento - Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica - tempo/razão - emoção**. São Paulo: Edusp, 2004

VESENTINI, José Willian. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

Marcelo de Mello

Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da
Universidade Federal de Goiás.

Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás/UnU Goiás
E-mail: melloge28@yahoo.com.br

Recebido para publicação em outubro de 2012

Aprovado para publicação em maio de 2013